

Estudo Técnico Preliminar 16/2020

1. Informações Básicas

Número do processo: 08201.001182/2020-33

2. Descrição da necessidade

Dentre as áreas da Criminalística da Polícia Federal – PF, a Documentoscopia é responsável pela realização de exames periciais em um conjunto diversificado de documentos. Em seu rol de atividades, estão incluídas as análises de autenticidade ou alterações em documentos de segurança, que são aqueles projetados para dificultar falsificações e possuem elementos e características técnicas específicos.

Há no mercado, uma ampla gama de técnicas e elementos de segurança disponíveis, englobando desde elementos pré-impressão presentes no substrato (como marca d'água, fio de segurança com propriedades especiais de reflexão da luz, fibras visíveis e invisíveis, confetes); elementos impressos com o uso de tintas com propriedades específicas (luminescência ou variação ótica por exemplo), bem como elementos apostos nos documentos após sua personalização (como os laminados e hologramas de segurança). A combinação desses elementos torna cada documento único em seu resultado.

Como exemplos de documentos de segurança podemos citar os passaportes, os vistos, os documentos de identidade em geral, documentos para condução de veículos, as cédulas monetárias, dentre outros, todos eles dos mais diversos países.

Os exames para verificação da autenticidade de documentos dessa natureza são basicamente comparativos e requerem que o Perito Criminal tenha conhecimento não somente dos processos empregados, mas também disponha de padrões de referência e especificações técnicas para o cotejo.

Em razão das competências da Polícia Federal relacionadas à segurança de fronteiras e de combate ao crime transnacional, a Perícia Criminal Federal é frequentemente demandada a emitir laudo sobre documentos e cédulas estrangeiros, necessitando, assim, de padrões de referência para os devidos exames. A espera pelo recebimento de padrões físicos, com base em protocolos de colaboração internacional, pode requerer um longo tempo. Além disso, o constante aprimoramento dos documentos de segurança por seus países emissores torna obsoletos os padrões já armazenados.

Assim, em algumas situações nas quais o padrão físico não está disponível, faz-se necessária a consulta a um banco de dados robusto e permanentemente atualizado, que contenha imagens e especificações técnicas dos documentos para que os exames periciais sejam realizados de forma célere e eficaz.

Para suprir essa lacuna, a Polícia Federal contratou durante vários anos o banco de dados *Keesing Document Checker*, representado atualmente pela empresa *PSP do Brasil*, o qual atendeu satisfatoriamente à necessidade naquele período. No último processo de contratação (SEI 08201.001009/2018-11), a empresa *Regula Forensic Systems* acabou como vencedora do referido certame, com o banco de dados *International Reference System*, cujo contrato foi finalizado em novembro de 2020.

Importa ressaltar que em levantamento realizado pelo Serviço de Perícias Documentoscópicas - SEPDOC/DPER/INC/DITEC /PF, tendo como base a produção de laudos de passaportes estrangeiros no ano de 2019, foram analisados documentos de, pelo menos, sessenta e sete nacionalidades distintas, como Nigéria, França, África do Sul, Venezuela, Bolívia, Gana, Angola, Peru, Senegal, China, Eritreia, Espanha, Estados Unidos, Paquistão, Quênia, Guiné Bissau, Malta e Turquia, dentre diversos outros.

São bastante frequentes, também, as solicitações de exame em documentos de identidade e licenças de conduzir emitidos por países sul-americanos. Conforme o levantamento realizado pelo SEPDOC, tendo como base a produção de laudos de passaportes entre 2017-2019, os principais países do MERCOSUL que tiveram documentos questionados foram Venezuela, Bolívia, Peru, Paraguai e Equador.

É, portanto, indispensável que a base de dados seja a mais completa possível, dada a demanda apresentada e que seja continuamente atualizada, dispondo de padrões de documentos válidos de diversos países, principalmente do MERCOSUL (Estados partes e associados).

Além disso, objetivando ações alinhadas ao preconizado no Plano Estratégico da PF e ao Mapa Estratégico da Perícia Criminal Federal, é imprescindível a disponibilização, aos Peritos Criminais Federais, de ferramentas atualizadas e capazes de atender às requisições de demandas periciais para subsidiar os exames documentoscópicos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEPDOC/DPER/INC/DITEC/PF	NARUMI PEREIRA LIMA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- Banco de dados contendo especificações técnicas e imagens digitais coloridas e em alta definição de passaportes de países das Américas, África, Ásia, Europa e Oceania, incluindo o Brasil e países que compõem o MERCOSUL.
- Banco de dados contendo especificações técnicas e imagens digitais coloridas e em alta definição de documentos de identidade e de condutores de veículos, notadamente de países que compõem o MERCOSUL, sem prejuízo de documentos dos demais países das Américas, África, Ásia, Europa e Oceania.
- Banco de dados contendo especificações técnicas e imagens digitais coloridas e em alta definição de vistos e cédulas monetárias.
- Sistemas de conferência de códigos conhecidos como MRZ (machine readable zone) ou código OCR para comparação de dados pessoais de portadores de passaportes.
- A empresa contratada deverá manter o banco de dados atualizado com as versões mais recentes dos documentos, bem como se dispor a inserir documentos que porventura não estejam em sua base e que sejam imprescindíveis à contratante.
- O serviço de consulta ao banco de dados deve ser compatível com a plataforma Windows.
- O acesso via Internet, 24 (vinte e quatro) horas por dia, em qualquer unidade de Perícia da Polícia Federal.
- As informações quanto às características dos elementos de segurança devem ser detalhadas, tais como dimensões, localização, reação à radiação ultravioleta e infravermelha, marca d'água e holograma.
- As consultas devem estar disponíveis, preferencialmente, em português ou, no mínimo, nos idiomas inglês e espanhol.
- A natureza jurídica da contratação refere-se à prestação de serviços de natureza continuada.
- A duração inicial do contrato de aquisição será de 12 (doze) meses, prorrogável por até 60 (sessenta) meses.
- A empresa contratada ficará obrigada a fazer a entrega das licenças através do fornecimento de usuários e senhas à contratante no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da assinatura do contrato pelas partes.
- Os usuários e as senhas das licenças para acesso ao banco de dados contratados deverão ser encaminhados ao Serviço de Perícias Documentoscópicas (SEPDOC/DPER/INC/DITEC/PF), através do e-mail: sepdoc.inc.ditec@pf.gov.br.

5. Levantamento de Mercado

Com o fim de determinar os preços e as práticas de mercado, realizou-se pesquisas em busca de contratos e soluções semelhantes nas plataformas da administração pública (Sistemas Paineis de Preços, Comprasnet), pesquisas em sítios eletrônicos especializados, bem como à fornecedores capazes de disponibilizar o referido banco de dados no mercado brasileiro. Como resultado, foram identificadas apenas duas (2) empresas que disponibilizam tais serviços e possuem representação no Brasil, conforme propostas em anexo

Os preços obtidos em resposta estão dispostos na tabela abaixo:

Empresa	Valor médio Licença/ano	Valor Total Anual
PSP do Brasil*	R\$ 2.989,43	R\$ 29.894,34
Regula Forensic Science Systems	R\$ 3.600,00	R\$ 36.000,00

* O preço proposto pela empresa PSP do Brasil inclui 5.000 buscas anuais por usuário, sendo cada usuário adicional também elegível para 5.000 pesquisas anuais. Para cada procura adicional é cobrado € 0,10, a ser faturado no final de cada período de 12 (doze) meses. Foi solicitado à empresa a apresentação de uma proposta sem limite de buscas anuais, porém foi informado que a empresa Keesing não possui mais essa modalidade de contratação.

Até o momento, este Serviço de Perícias Documentoscópicas - SEPDOC/DPER/INC/DITEC/PF, não dispõe de um relatório anual da quantidade acessos aos sistemas de banco de dados já contratados. Dessa forma, o objeto a ser contratado, deverá consistir em licenças anuais sem limite de acesso.

6. Descrição da solução como um todo

A aquisição do serviço de consulta ao banco de dados permitirá a continuidade das atividades da Criminalística quanto à elucidação de crimes de atribuição da Polícia Federal, especialmente os relacionadas à área de documentoscopia, que muitas vezes podem estar vinculados à crimes organizados transnacionais, como tráfico de drogas, tráfico de pessoas, lavagem de dinheiro, crimes previdenciários e financeiros, que muitas vezes utilizam-se da fraude de documentos que contém elementos de segurança como, passaportes, vistos, documentos de identidade, cédulas, entre outros documentos brasileiros e estrangeiros no *modus operandi* criminoso.

As informações contidas no bando de dados requerido são imprescindíveis aos Peritos Criminais da Polícia Federal na elaboração de laudos que analisem os documentos de segurança questionados. Isso permitirá o adequado confronto e análise dos elementos de segurança comumente constituintes dos documentos originais, a fim de dirimir possíveis questionamentos quanto à autenticidade do documento submetido a exame.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para estimar o quantitativo de licenças necessário, foi realizado um levantamento a partir da produção de laudos de passaportes de estrangeiros no ano de 2019, por unidade da Criminalística. Sendo este um dos tipos de documentos mais comumente encaminhados a exame e, muitas vezes, demanda consulta ao banco de dados, foi utilizado como referência para estimar a necessidade de acesso.

A partir do referido levantamento, observou-se que grande parte das análises de passaporte estão concentradas em São Paulo (Aeroporto de Guarulhos). Cumpre ressaltar que, não somente passaportes, mas diversos outros documentos, de variados países, podem ser objeto de questionamentos e, ao não se dispor de padrões físicos, o perito recorre à busca no banco de dados.

Ressalvadas essas considerações, estimamos em **10 (dez)** o número de licenças anuais necessárias para atender à demanda das unidades de Criminalística da PF, sendo distribuídas da seguinte forma: uma para as unidades da região Norte do país; uma para a região Nordeste; uma para a região Centro Oeste; uma para região Sul; quatro para a região Sudeste, sendo uma para a criminalística do Aeroporto Internacional de Guarulhos, uma para o Aeroporto de Campinas, uma para o SETEC e uma para as demais unidades; duas para o Instituto Nacional de Criminalística que funcionarão também como backup.

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO
10	Licenças anuais de acesso a banco de dados de imagens digitais de cédulas monetárias, passaportes, vistos, documentos de identidade e de condutores de veículos, coloridas e em alta definição, de países das Américas, África, Ásia, Europa e Oceania, incluindo Brasil e países que compõem o MERCOSUL, com detalhamento dos elementos de segurança dos documentos; Sistemas de conferência de códigos conhecidos como MRZ (Machine Readable Zone) ou código OCR (Optical Character Recognition) para comparação de dados pessoais de portadores de passaportes; acesso via Internet, 24 (vinte e quatro) horas por dia, em qualquer Unidade de Perícia da Polícia Federal.

8. Estimativa do Valor da Contratação

A expectativa dos custos do objeto do presente estudo técnico é proveniente do levantamento de mercado apresentado na seção 5, sendo adotada a prática administrativa do menor preço.

A proposta apresentada pela empresa PSP do Brasil abrange um valor inicial para primeiro usuário de R\$ 16.325,00 (dezesesseis mil, trezentos e vinte e cinco reais) com um acréscimo de R\$ 2.931,97 (dois mil, novecentos e trinta e um reais e noventa e sete centavos) por usuário adicional. Para as dez licenças pretendidas, o valor total seria de R\$ 42.712,10 (quarenta e um mil, setecentos e doze reais e dez centavos). Com o desconto oferecido de 30% (trinta por cento) por volume para dez usuário, a estimativa do valor da contratação será de R\$ 29.894,34 (vinte e nove mil, oitocentos e noventa e quatro reais e trinta e quatro centavos), o que corresponde a um valor médio de R\$ 2.989,43 (dois mil, novecentos e oitenta e nove reais e quarenta e três centavo) por licença de acesso.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento não será adotado no presente processo, pois se tratam de licenças de acesso a banco de dados, que deve ser o mais completo e atualizado possível. Tecnicamente não há possibilidade de elencar documentos específicos como preferenciais, haja a vista a natureza dinâmica das necessidades periciais.

Ressalta-se que a estimativa do quantitativo a ser contratado foi reduzida significativamente, visando a otimização no uso dos recursos públicos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição está alinhada com o Planejamento Estratégico da Polícia Federal, notadamente na Redução da Criminalidade, em especial em algumas ações estratégicas a ela diretamente relacionadas, como Prevenção à Criminalidade, Repressão a Organizações Criminosas e o Aperfeiçoamento dos Procedimentos de Polícia Judiciária.

A excelência na atuação também é um dos pilares do Mapa Estratégico da Perícia Criminal da Polícia Federal, aprovado pela Portaria N° 753/2019-DITEC/DPF de 13 de junho de 2019, que traz entre seus objetivos estratégicos:

- Elucidar cientificamente crimes de atribuição da Polícia Federal, fornecendo à sociedade a elucidação de crimes de atribuição da Polícia Federal com base em prova material isenta e de qualidade.
- Entregar resultados tempestivos, imparciais e cientificamente embasados à Justiça, trazendo com celeridade e clareza a verdade real de um fato criminoso para o processo penal, com transparência e respaldo científico.
- Apresentar excelência na qualidade da prova, melhorando continuamente a qualidade dos exames e do Laudo Pericial Criminal, com a constante atualização e qualificação dos Peritos Criminais e da normatização, avaliação e acompanhamento dos Laudos Periciais Criminais elaborados.

12. Resultados Pretendidos

Os resultados esperados com a aquisição das licenças de acesso são:

- maior celeridade e qualidade de informação nos laudos;
- aumento da eficiência e da eficácia nos trabalhos dos Peritos Criminais Federais;
- fortalecimento da prova material produzida pela Polícia Federal.
- permitir, a qualquer tempo, a verificação da autenticidade de documentos e cédulas monetárias, bem como a apuração de sua falsidade ou adulterações.
- otimização no dimensionamento das necessidades, baseada em estudo histórico de demanda, gerando economicidade para o erário público.

13. Providências a serem Adotadas

Considerando tratar-se de acesso a banco de dados por meio da Internet, não são necessárias adequações ao ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos, já que as instalações físicas e infraestrutura estão adequadas a sua utilização.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se aplica, pois se tratam de licenças de acesso a banco de dados via *internet*.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando-se os elementos técnicos coligidos neste estudo preliminar, entende-se que a contratação de empresa especializada no provimento de acesso a banco de dados contendo imagens de documentos de segurança constitui solução viável.

A contratação é imperativa para o atendimento de demandas frequentes da Criminalística da Polícia Federal na área da Documentoscopia, que responde por uma das maiores produções de laudos no país.

16. Responsáveis

SEI 15831626

NARUMI PEREIRA LIMA

Perita Criminal Federal - Chefe do SEPDOC/DPER/INC/DITEC/PF

SEI 15831626

ALESSANDRA NEPOMUCENO BARBOSA

Perita Criminal Federal